

Três lições da Copa



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito
da Universidade de
Brasília (UnB)

A primeira lição desta Copa é seu papel na luta contra o racismo. Os torcedores brancos europeus tratam seus atletas como heróis, independentemente da raça. Esse reconhecimento ajuda a quebrar o preconceito, na medida em que o país passa a dever suas conquistas a jogadores negros ou árabes. Há algumas décadas, até mesmo no Brasil, exigia-se que jogadores negros usassem pó de arroz no rosto para embranquecê-los. Se esse preconceito tivesse continuado, o Brasil não teria conquistado Copas do Mundo, pois grande parte de nossos jogadores é formada por afrodescendentes.

Nos beneficiamos ao abrir os alambrados para os jogadores negros, mas ainda não retiramos as catracas na entrada das escolas de qualidade. Para entrar nelas, no lugar do pó de arroz, é preciso pagar mensalidade, ou fazer um concurso. Orgulhamo-nos de cinco taças mundiais de futebol, mas ainda não conquistamos um único Prêmio Nobel porque dezenas de milhões de cérebros talentosos nunca tiveram oportunidade de estudar. Já deixamos que negros entrem em campo, mas ainda não deixamos que pobres entrem nas melhores escolas; permitimos que todos joguem futebol com

bolas igualmente redondas, mas não oferecemos escolas com a mesma qualidade para todas crianças. O futebol venceu o racismo; a educação ainda não venceu o rendismo.

Na segunda lição, a Copa revela a atual geopolítica do mundo contemporâneo: o mundo já não é a soma de países separados, agora cada país é um pedaço do mundo. Países cuja população é majoritariamente de baixa renda disputam o futebol em condições de igualdade com países cuja população é majoritariamente de alta renda, porque as fronteiras geográficas e econômicas nacionais já não determinam a “nacionalidade” dos jogadores. Eles nascem em países desiguais em riqueza, mas vivem em um mesmo circuito internacional. O livro, de 1994, *A cortina de ouro: os sustos do final do século e um sonho para o próximo* propôs a ideia de que o enfraquecimento das fronteiras nacionais deu lugar a um mundo integrado, mas com a uma fronteira social que divide cada país, separando os habitantes do primeiro mundo internacional dos ricos e os moradores do arquipélago mundial dos pobres: a “cortina de ferro”, política, foi substituída por uma “cortina de ouro”, social, que segrega a população de cada país entre uma parcela integrada mundialmente — no futebol, na saúde, na cultura e na educação — e outra de pobres, espalhados pelo mundo.

A Copa de 2026 confirma essa nova geopolítica: independente de sua origem, cada jogador é, ao mesmo tempo, nacional e internacional. No fim das partidas, jogadores de países diferentes confraternizam não apenas por cortesia esportiva, mas também pela amizade construída ao longo de campeonatos disputados entre

seus clubes. Usam camisas diferentes, mas são compatriotas do mesmo país social, com salários semelhantes e padrões de vida próximos. Pertencem a nacionalidades geográficas diferentes, mas à mesma nação social e cultural.

A terceira lição está nas camisas: já não representam apenas um país, também uma empresa. Não é difícil imaginar que estamos assistindo a uma das últimas Copas disputadas por seleções nacionais. No futuro, cada equipe poderá representar uma das grandes corporações mundiais, e não mais um país. A Seleção Brasileira já sinalizou essa tendência ao compartilhar seu símbolo nacional com o símbolo da Nike. Em algum tempo, não sobrárá espaço para o símbolo nacional, nem ele se justificará para reunir jogadores internacionalizados.

Atualmente, já existem crianças torcendo por clube estrangeiro. Seus netos, talvez, não torcerão pela seleção nacional de seu país, mas por uma “escuderia”. A maneira de evitar esse mundo impessoal é oferecer uma educação de qualidade que forme cada criança para aceitar a marcha integradora da civilização global, mas lhe permita sentir-se parte do mundo sem perder sua identidade nacional; seja humanista sem perder o gosto de ser brasileiro. Para tanto, é preciso fazer agora com as escolas o que no passado fizemos com o futebol: abrir os alambrados, tirar as catracas que barram alunos conforme o CPF ou CEP e, em consequência, ainda por cor. Porque, no futebol, os negros jogam com bolas igualmente redondas nos campos oficiais, mas os pobres ainda frequentam escolas com qualidade desigual.



Caio Gomez/CB

Os custos implícitos da comunicação do BC



» BENITO SALOMÃO
Professor do Programa de
Pós-Graduação em Economia
da Universidade Federal de
Uberlândia (PPGE/UFU)

Na sua última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu cortar a taxa básica de juros para 14,25% ao ano. Essa decisão já era esperada pela ampla maioria dos agentes e, portanto, não causou surpresas. Surpreendente mesmo é a imensa dificuldade encontrada pelo Comitê de explicar a sua decisão. A inflação no país voltou a performar acima da meta nos meses recentes, fruto de choques em preços de energia. No entanto, o atual nível de contração da política monetária deveria ser capaz de produzir a convergência em horizonte razoável.

Para que tenhamos clareza, uma Selic de 14,25% coexistindo com uma inflação de 4,72%, supõe uma taxa real de juros de 9,53%. No último Relatório de Política Monetária (RPM) o Copom sinalizou uma taxa neutra de juros de 5%. A taxa neutra de juros pertence à família de variáveis não observáveis, trata-se de uma taxa de referência de longo prazo quando a demanda se iguala ao PIB potencial. Entende-se que, se o juro real for igual ao neutro, a política monetária nem estimula, tão pouco desestimula a inflação. Isso nos dá uma certa noção sobre o quão contracionista segue a política monetária no país mesmo diante do último corte. Uma Selic real de 9,5% coexistindo com um juro neutro de 5% resulta em um juro real 4,5% acima do neutro.

A persistência da inflação alternando momentos acima da meta, com outros no limite superior da mesma, deflagra o mau funcionamento do Regime de Metas de Inflação (RMI) no Brasil. Esse problema torna-se ainda mais

evidente desde a independência do Banco Central em 2021. De lá para cá, o Copom não tem sido capaz de produzir a convergência da inflação para o centro da meta, mesmo diante da calibragem da política monetária que tem produzido há anos juros reais muito superiores ao juro neutro.

As razões da incapacidade de o BCB produzir a referida convergência da inflação para a meta, a despeito de juros reais tão altos, requebrem investigação mais aprofundada. No entanto, é possível apresentar algumas suspeitas. Nos últimos dias, um elevado volume de reportagens envolvendo o último comunicado do Copom tomou conta da imprensa. O Comitê deu margens a interpretações ao sinalizar um cenário de incertezas, mediante a choques, ao mesmo tempo que sinalizava “diferentes trajetórias” na taxa de juros; combinada com convergência da inflação para a meta apenas em 2028. Isso deixou alguns economistas perplexos.

O RMI é um produto da revolução das expectativas racionais dos anos 1970. Até meados daquela década, havia a crença generalizada de que a inflação era causada ou pela quantidade de moeda em circulação ou por eventual conflito distributivo entre trabalhadores e empresas expresso na relação entre salários/preços. Sob expectativas racionais, a inflação passa a estar condicionada à informação que os agentes econômicos têm no momento de decidir sobre preços e salários. Em outras palavras, ao decidir o seu preço hoje, uma firma faz projeções baseadas nas informações disponíveis sobre o comportamento da economia no futuro. Repare que, sob tais hipóteses, a inflação deixa de ter causas puramente monetárias e passa a ter causas psicológicas.

A informação passa a ter um papel fundamental nas decisões de agentes quanto a salários e preços, e isso inaugura nos anos 1990 uma nova maneira de os BCs fazerem política monetária. Até então, os BCs faziam política monetária controlando a oferta de moeda. A partir dos

anos 1990, a política monetária passa a ser operacionalizada a partir de uma oferta endógena de moeda, em que os Bancos Centrais passaram a manipular taxas de juros em operações de mercado aberto, visando acomodar a demanda por liquidez na economia. A mudança não se deu meramente na transição do instrumento de política da moeda, para o juro. Regimes de metas passaram a ser instituídos a partir de uma função de reação dos BCs tal que a forma como os BCs manipulam os juros, passa a ser de conhecimento público.

O regime funciona com uma meta que nada mais é do que uma informação. Se há expectativas racionais e os preços são baseados em projeções que as firmas fazem mediante às informações que têm, sendo o BC crível, os agentes escolhem seus preços baseados na meta conhecida. Voltando aos instrumentos de comunicação do BC, eles passam a desenvolver um papel fundamental nesse regime, pois complementam o quadro de informações disponíveis aos agentes, auxiliando-os na sua decisão quanto aos preços.

Nesse sentido, comunicados como o divulgado na última reunião são contraproducentes, pois criam incertezas que deveriam ajudar a dirimir. O problema é que falhas na comunicação não são exclusivas da última reunião. Desde 2021, o BCB vem continuamente postergando o horizonte de convergência, isso mina a credibilidade do RMI. Se o BCB não acredita na convergência, os agentes não têm por que acreditar e escolherão seus preços baseados em outros critérios. Repare que, nesse caso, o nível da taxa de juros se torna irrelevante para produzir a convergência.

Em suma, a incapacidade de o BCB produzir a convergência da inflação para o centro da meta desde a sua independência, em 2021, não tem muito a ver com a calibragem da taxa de juros, mas talvez possa ser explicada na escolha das palavras contidas nos seus instrumentos de comunicação.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

O fim do pesadelo e a volta a realidade

Com a queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, encerrava-se um dos capítulos mais dramáticos da história contemporânea. Não foi apenas o colapso de um muro de concreto. Foi o desmoronamento de uma visão de mundo que, durante décadas, prometera igualdade, prosperidade e justiça social, mas que entregou escassez, repressão política, economia estagnada e milhões de vidas destruídas. Finalmente, a Europa Oriental despertava de um longo pesadelo.

Quem percorreu aqueles países nos primeiros anos após o desaparecimento da Cortina de Ferro encontrou um cenário difícil de esquecer. Ruas deterioradas, fábricas obsoletas, edifícios cinzentos, infraestrutura envelhecida e uma população que, embora finalmente livre para escolher seus governantes, ainda carregava no rosto as marcas de quase meio século de planejamento centralizado. Era como visitar uma parte da Europa que havia permanecido congelada no tempo, atrasada e arruinada. Polónia, Hungria, Romênia, Bulgária, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental e os países bálticos iniciavam praticamente do zero uma reconstrução econômica, institucional e cultural. O desafio era gigantesco. Não bastava substituir bandeiras, derrubar estátuas de Lênin ou realizar eleições livres. Era necessário reconstruir hábitos, mentalidades e instituições moldadas durante gerações por um regime em que o Estado decidia praticamente tudo.

Economias planejadas não produzem empresários. Produzem, sim, administradores de escassez. Décadas de ausência de concorrência haviam eliminado a cultura da eficiência. A qualidade dos produtos importava pouco quando não existia competição. O consumidor não escolhia. Aceitava aquilo que havia nas prateleiras. Quando o capitalismo finalmente chegou, muitos imaginaram que sua essência consistia simplesmente em cobrar o maior preço possível. Em diversas cidades da antiga Europa comunista, turistas estrangeiros eram frequentemente vistos como oportunidade única para compensar anos de privação econômica. Hotéis, táxis, restaurantes e pequenos comércios praticavam preços muitas vezes incompatíveis com a qualidade oferecida. Não era exatamente capitalismo. Era sobrevivência. O mercado livre exige algo muito mais complexo do que liberdade de preços. Exige segurança jurídica, concorrência, investimento, inovação, produtividade, confiança institucional e respeito aos contratos.

Apesar das enormes dificuldades, muitos desses países conseguiram avançar. Polónia, República Tcheca, Estónia e outros integrantes do antigo bloco soviético transformaram-se em economias competitivas, atraíram investimentos, ampliaram exportações e elevaram significativamente sua renda per capita. A memória do comunismo permaneceu viva. Talvez exatamente por isso, grande parte dessas sociedades desenvolveu profunda desconfiança em relação a qualquer projeto político que implique excessiva concentração de poder nas estruturas estatais ou supranacionais.

É nesse ponto que emerge um novo debate. Para alguns analistas, a integração europeia representa um extraordinário projeto de paz, cooperação econômica e fortalecimento institucional após séculos de guerras. Para outros, determinadas tendências recentes da União Europeia caminham para uma crescente centralização política e regulatória, reduzindo a autonomia dos Estados nacionais e enfraquecendo tradições culturais locais.

Essa segunda interpretação costuma utilizar o termo "globalismo" para descrever esse processo. Seus críticos sustentam que, sob o argumento da harmonização internacional, amplia-se progressivamente o poder de burocracias supranacionais sobre políticas migratórias, ambientais, econômicas e culturais que antes pertenciam aos parlamentos nacionais. Seus defensores respondem que muitos dos grandes desafios contemporâneos, como mudanças climáticas, comércio internacional, terrorismo, migração e segurança energética, exigem justamente maior cooperação entre países.

A história europeia do século 20 demonstra como sociedades altamente civilizadas podem, em poucos anos, entregar parcela significativa de sua autonomia em troca de promessas grandiosas de segurança, igualdade ou prosperidade. Nenhum regime autoritário começa anunciando que restringirá liberdades. Todos prometem resolver problemas. A Europa Oriental conheceu essa experiência de forma particularmente dolorosa. Milhões viveram sob censura, polícia política, economia dirigida e ausência de eleições livres. A reconstrução iniciada em 1989 demonstrou que recuperar instituições é muito mais difícil do que as destruir. Essa, talvez, seja a principal herança daquele período.

A história raramente se repete da mesma forma. Mas frequentemente apresenta dilemas semelhantes sob novas roupagens. A experiência do século 20 permanece como um convite permanente à prudência diante de projetos políticos que concentrem poder, reduzam espaços de dissenso ou proponham soluções simples para problemas complexos. É justamente por isso que a queda do Muro de Berlim continua sendo um dos acontecimentos mais importantes da história contemporânea. Não apenas porque encerrou uma ordem geopolítica, mas porque lembrou ao mundo que liberdade, prosperidade e democracia dependem menos de promessas ideológicas do que da solidez das instituições e da capacidade das sociedades de preservar, geração após geração, o espaço da crítica, da pluralidade e da responsabilidade política.

A frase que foi pronunciada:

“A solução do problema alemão dependerá de decisões em nível político internacional. Mas há muito a ser feito dentro da Alemanha em prol da Europa, da democracia e da paz. Existem forças positivas dentro do povo alemão que poderão deixar sua marca nos acontecimentos futuros.”

Willy Brandt, em novembro de 1957

História de Brasília

De tôdas as árvores plantadas na W3, as mais bonitas são as magnólias, em frente às casas da ECEL, que começaram a florir dentro em pouco. (Publicada em 26/5/1962)